

TERCEIRIZAÇÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO MANDA COPEL ACABAR COM TERCEIRIZAÇÃO NA ÁREA DE ENERGIA

A Justiça do Trabalho determinou que a Copel ponha fim à terceirização de atividades fins, que abrangem a geração, distribuição e manutenção da rede elétrica, e que hoje atinge 70% dos serviços prestados pela empresa, segundo investigação do Ministério Público.

Por decisão unânime, os desembargadores da 7ª turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9.ª Região definiram que a Companhia Paranaense de Energia deve rescindir os contratos com as empresas terceirizadas, além de pagar danos morais coletivos no valor de R\$ 150 mil, a serem revertidos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A estatal paranaense tem 180 dias para encerrar os contratos vigentes com terceiros, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. A decisão do TRT foi em resposta à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, motivada por denúncia do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e outras seis entidades sindicais que representam os trabalhadores da empresa. No Paraná, de acordo com o Dieese, foram registradas, 22 mortes decorrentes de acidente de trabalho envolvendo a rede elétrica na Copel – dados relativos à Copel Distribuição e Copel Geração e Transmissão entre 2009 e 2012. Do total de mortos, 16 eram empregados terceirizados da empresa.

De acordo com a decisão do TRT, a Copel não poderá mais terceirizar atividades relacionadas a serviços de redes de transmissão, distribuição aérea e subterrânea, inclusive manutenção; execução de atividades de operação, manutenção (preventiva, corretiva ou emergencial), e inspeção de equipamentos, linhas e redes elétricas – usinas, subestações e unidades consumidoras, de rotina ou de emergência; construção de linhas; recuperação do sistema elétrico, serviços de instalação e substituição de ramal de serviço aéreo e ligação de consumidor; suspensão e religação de unidades consumidoras; Serviços de leitura e Processamento de dados e demais atividades inerentes ao faturamento de contas.

A denúncia tem por base o fato de que a empresa, paulatinamente nos últimos anos, vem aumentando o uso de mão de obra terceirizada para realização de atividades fins.

"A Copel não poderá mais terceirizar atividades relacionadas a serviços de redes de transmissão, distribuição aérea e subterrânea, inclusive manutenção; execução de atividades de operação, manutenção (preventiva, corretiva ou emergencial), e inspeção de equipamentos, linhas e redes elétricas – usinas, subestações e unidades consumidoras, de rotina ou de emergência; construção de linhas; recuperação do sistema elétrico, serviços de instalação e substituição de ramal de serviço aéreo e ligação de consumidor; suspensão e religação de unidades consumidoras; Serviços de leitura e Processamento de dados e demais atividades inerentes ao faturamento de contas"

INVESTIGAÇÃO

"Além dos baixos salários, comparativamente aos do quadro próprio da Copel, os trabalhadores terceirizados são prejudicados também pela falta de benefícios e seguranças legais conquistadas pelos trabalhadores da empresa em Acordos Coletivos de Trabalho"

De acordo com o MPT, após investigação realizada na empresa, a terceirização de atividades fins da Copel chega a atingir cerca de 70% dos serviços prestados pela companhia paranaense. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a empresa, em 2004, contava com 2.922 empregados terceiriza-

dos. Ou seja, 22,93% do total de funcionários da empresa – 9.996. Em 2013, o número de terceirizados saltou para 5.622, 39,40% do total de empregados da empresa – 14.269.

Além dos baixos salários, comparativamente aos do quadro próprio da Copel, os trabalhadores terceirizados são prejudicados também pela falta de benefícios e seguranças legais

conquistadas pelos trabalhadores da empresa em Acordos Coletivos de Trabalho.

A falta de isonomia proporcionada pela terceirização, tanto nas questões econômicas quanto nas relacionadas à capacitação profissional, acarretam a falta de motivação dos trabalhadores e vítima a sociedade, que sofre com a má qualidade dos serviços prestados

E NA CELESC...

A Celesc também é ré em Ação Civil Pública do Ministério Público por conta da Terceirização na atividade-fim. À época, a Juíza do Trabalho, Rosana Furlani, deixou claro à Celesc que não há sentido em empresa pública terceirizada. "Para que serve a empresa pública se todos os serviços são privatizados (terceirizados)? A Celesc nega a própria razão de existir?". Através da luta dos

trabalhadores a Celesc vem recompondo o quadro de pessoal com a realização de concursos públicos. Entretanto, o discurso de internalização proferido pela Diretoria não funciona na prática: prova é a terceirização da operação das usinas da Celesc (veja matéria na página 2). Além disso, a recomposição do quadro de pessoal ainda não é suficiente para erradicar a mão de obra terceiriza-

da nas atividades-fim da empresa e garantir condições de trabalho adequadas aos celesquianos. Com tantos exemplos aparecendo no Brasil, a diretoria da Celesc deveria caminhar no sentido de acabar de vez com a terceirização na empresa, demonstrando respeito com o trabalhador e com a sociedade catarinense, que merece um serviço de qualidade.



SINERGIA

POR QUE SER REPRESENTANTE SINDICAL?

ELETROSUL



Rafael S. Mendes
Eletrosul - SEDE

"Para fortalecer a organização dos trabalhadores no local de trabalho"



Fabrício B. Aguirre
Eletrosul - SEDE

"Para representar os trabalhadores da sede no Sinergia"



Davi Rutigliano
Eletrosul - SEDE

"Ampliar a visão de que todos os trabalhadores da sede são acima de tudo, Eletricitários"



Flavio Vinícios Schons
Eletrosul - SEDE

"Para contribuir com a nossa organização na luta pelo setor público e por relações de trabalho mais justas e humanas"



Vladimir Tomitch
Eletrosul - SEDE

"Para focar nos assuntos da ELOS"



Oseias de Avila Souza
Eletrosul - SERTÃO

"Para atuar em defesa da nossa categoria"

CELESC



Marcos A. S. Pillar
ARFLO - SPAD

"Ser um porta voz junto aos trabalhadores"

Paulo Cezar da Silva
LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO - DPMS/DVMI

Para fazer um trabalho no sentido de abrir as portas para categoria, bem como agregar valores positivos com o objetivo de fortalecer as nossas reivindicações.

A eleição é dia 26/05 (segunda-feira) Participe!

CELESC

TERCEIRIZAÇÃO DAS USINAS DA CELESC

Equívoco ou estratégia?

Há muito tempo os trabalhadores cedidos à Celesc Geração têm sido abandonados pela Diretoria da Celesc. O que antes parecia ser uma gestão equivocada, hoje aparenta ser uma estratégia política montada pela administração da empresa.

Em um cenário no qual a dúvida sobre o futuro da Celesc Geração impera, no qual o custo de operação de usinas é argumento para desistir de grande parte da maior empresa do estado; no qual o setor elétrico como um todo está exposto por uma política atrapalhada, que tenta de uma maneira arrogante regular o setor, a terceirização começa a tomar conta da geração.

As usinas já contavam há algum tempo com a presença de terceirizados, inclusive na gestão. Agora a terceirização ameaça atingir a operação, em flagrante desrespeito à atividade fim da empresa. Os trabalhadores próprios estão todos à margem deste processo. Deixando de lado o discurso de internacionalização de atividades e de defesa da empresa pública, a Celesc coloca os trabalhadores sobre forte pressão psicológica, afinal de contas, ninguém deixa claro como será o processo, onde e como estes terceirizados trabalharão. Não podemos esquecer, também, que há pouco tempo a Celesc Distribuição, por conta do descaso com a se-

gurança dos trabalhadores, foi alvo de Ação Civil Pública do Ministério Público. A ação deixou mais uma vez claro que a terceirização estabelece condições precárias de trabalho, expondo trabalhadores a eminentes riscos de segurança. É dessa forma que a decisão da Geração vai na contramão de uma boa gestão, vai em direção ao colapso, comprometendo toda história de uma empresa que orgulha o estado.

"A terceirização na Geração vai na contramão de uma boa gestão, vai em direção ao colapso, comprometendo toda história de uma empresa que orgulha o estado"

O patrimônio que pertence à sociedade catarinense agora está ameaçado por decisões equivocadas. O temor em optar pela contratação de mão de obra própria é mais um ponto contrário à empresa pública. Ao terceirizar a Geração, a empresa perde grande oportunidade de recompor o quadro próprio, ganhando na qualidade do atendimento à sociedade catarinense, que aos poucos vai ficando contra a Celesc.

Os sindicatos que compõem a Intercel estão buscando a esfera jurídica para barrar a terceirização das Usinas da Celesc. Além de ser flagrante o desrespeito à atividade fim, os sindicatos consideram que a Geração é um braço importante da maior estatal catarinense e não pode ser destruído por decisões equivocadas. Será que o exemplo da Copel não é alarmante? Vale lembrar que a Celesc é ré em Ação Civil Pública de Terceirização, aberta pelo MP.

CELESC

INTERCEL PLANEJA CAMPANHA DE DATA-BASE 2014/2015

Os sindicatos que compõem a Intercel reuniram-se em Timbó, entre os dias 14 e 16 de maio, para debater a campanha de Data-Base dos trabalhadores da Celesc. Os dirigentes sindicais analisaram o atual contexto do setor elétrico brasileiro e as perspectivas para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014/14. Além de debaterem as expectativas para o ACT, os dirigentes sindicais debateram os resultados da pesquisa de satisfação dos trabalhadores com o Acordo Coletivo do ano passado, avaliando as manifestações dos celesquianos de todas as regiões e traçando um plano de ação com vistas a atender as demandas dos trabalhadores, integrando cada vez mais a categoria nas lutas por direitos e pela empresa pública. As assembleias regionais devem ocorrer de 01 a 04 de junho.



Fotos: Jerry Conceição

Sob a coordenação do economista do Dieese, Daniel Passos, os dirigentes sindicais debateram as perspectivas para o Acordo Coletivo 2014/15

LINHA DIRETA

PLR 2014

Os sindicatos que compõem a Intercel, receberam nesta semana a proposta da diretoria da Celesc para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 214 dos celesquianos.

> A proposta será apresentada aos trabalhadores em assembleias realizadas pelos sindicatos da Intercel em todo o estado.

PERICULOSIDADE E SOBREVISO

O Grupo de Trabalho originado da manifestação contra as mudanças na periculosidade e sobreaviso terá sua duração prorrogada em mais 60 dias.

Os representantes dos sindicatos continuam na defesa de que não seja alterada a cobertura do sobreaviso, o que seria catastrófico para a sociedade.

Na questão da periculosidade, os sindicatos continuam defendendo o cumprimento da lei e a manutenção do direito àqueles que realmente se expõem ao risco.

9º CONGRESSO DOS EMPREGADOS DA CELESC

RUMO AO 9º CONGRESSO

Por Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito

Quando estivemos no Conselho de Administração da Celesc, na qualidade de Representantes dos Empregados, tínhamos em mente diversos planos: reunir o máximo de agentes possíveis em torno de um projeto de empresa pública; tornar transparentes as ações do Conselho; buscar que aquele órgão máximo da Celesc cumprisse efetivamente seu papel de gestor, deixando de ser apenas um organismo de fachada, que tão somente anuíss as intenções da Diretoria Executiva.

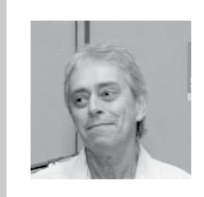
Todavia o mais importante plano era o de atrair os empregados para um projeto que, dadas as circunstâncias, entendíamos inadiável e que requeria a participação efetiva da imensa maioria dos trabalhadores da Empresa, caso contrário havia enorme risco de insucesso. Tratava-se de enfrentarmos o fantasma da privatização, que rondava o setor elétrico, causando assombros por onde passava. Um fantasma que não apenas assustava, mas que ceifava empregos, colocando na rua da amargura milhares de eletricitários pais a fora. Um fantasma que, com um discurso de eficiência e de melhores serviços, entregava o patrimônio público a preços irrisórios. E o fantasma aproximava-se, perigosamente, da Celesc.

Decidimos, então, aglutinar todas as entidades representativas dos empregados: Intercel, APC, Apcelesc e também o nosso fundo de pensão (que naquele cenário não estava isento de perigos), para discutirmos um projeto de empresa pública. Tínhamos em mente uma concepção de projeto, mas precisávamos referendá-lo, ajustá-lo, torná-lo viável. E isto só seria possível com a contribuição e a participação de todos.

Foi assim que surgiu a ideia de realizarmos um Congresso de Empregados. Neste espaço democrático de representação, disporíamos da estrutura e da capacidade necessárias para materializar um plano que afastasse o fantasma e que nos permitisse vislumbrar uma nova Empresa, que se guiasse por princípios de gestão voltados a resultados, mas conduzida dentro da ética, do profissionalismo e da transparência.

O 1º Congresso dos Empregados da Celesc, realizado no já remoto abril de 1997 foi um marco. A partir daquele evento os empregados estiveram efetivamente mobilizados na construção de uma Celesc Pública, uma empresa de novo tipo com serviços de qualidade aos sócios majoritários: os consumidores. Nada foi impedimento para prosseguirmos nessa trajetória. Conseguimos unir o que parecia impossível: estiveram do mesmo lado, defendendo a Celesc Pública, os empregados, a Fiesc, o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa.

Esses quase vinte anos de profícuos trabalhos nos qualificam a ir mais longe. Somos incessantes em nossas buscas. Vamos rumo ao 9º Congresso, avançar mais alguns passos nesse caminho árduo, íngreme, muitas vezes penoso, porém, com certeza, capaz de nos dar muitos frutos.



Luiz Cézare Vieira foi eleito Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc em 1996 e reeleito em 1998. Como conselheiro promoveu o 1º e o 2º Congresso dos Empregados da Celesc

Paulo Sá Brito foi eleito Representante dos Empregados no Conselho de Administração em 2000. Foi promotor do 3º Congresso dos Empregados da Celesc.

ELETROSUL / ELETROBRAS

IMPASSE NA PLR PODE LEVAR À NOVA PARALISAÇÃO DOS ELETRICITÁRIOS

O impasse no Pagamento da Participação nos Lucros e Resultados dos Trabalhadores da Eletrobras pode levar a uma nova paralisação das atividades, em nível nacional.

Uma parte dos sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) já realizaram assembleias a partir do dia 20 de maio, que aprovaram a paralisação de 72 horas nos dias 28, 29 e 30 de maio. Os sindicatos que compõem a Intersul realizam assembleias a partir do dia 23. No dia 26 de maio o CNE se reúne em Brasília-DF, onde pretende obter uma resposta da Eletrobras e também

fazer a avaliação e encaminhamentos, caso a negociação não tenha avançado. A posição dos sindicatos do CNE e da Intersul em relação à PLR/2013 foi expressa para a Eletrobras na última reunião de negociação, onde ficou claro que os trabalhadores do setor elétrico não concordam em pagar a conta pelas dificuldades financeiras das empresas e também não aceitam negociar a venda de benefícios conquistados em ACT, em troca da

pressão para a Eletrobras na última reunião de negociação, onde ficou claro que os trabalhadores do setor elétrico não concordam em pagar a conta pelas dificuldades financeiras das empresas e também não aceitam negociar a venda de benefícios conquistados em ACT, em troca da PLR. Acompanhem os informativos e as assembleias de cada sindicato para debater e deliberar sobre os encaminhamentos relativos a PLR.

"Os trabalhadores não concordam em pagar a conta pelas dificuldades financeiras das empresas e também não aceitam negociar a venda de benefícios"



"Neste espaço democrático de representação, disporíamos da estrutura e da capacidade necessárias para materializar um plano que afastasse o fantasma e que nos permitisse vislumbrar uma nova Empresa"

PALESTRA SOBRE PERSPECTIVAS ENERGÉTICAS

A Associação dos Profissionais da Celesc (APC) promove nesta quinta-feira, dia 22, às 14 horas, na Administração Central, a palestra "Perspectivas Energéticas da Economia Brasileira 2014-2050".

O economista, Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Economia Aplicada, João Randofo Pontes será o palestrante. O evento é preparatório para o 9º Congresso dos Empregados da Celesc e busca estimular as discussões dos trabalhadores eletricitários.

O Representante dos Empregados no CA, Jair Maurino Fonseca, promotor do 9º congresso, também estará presente no evento.

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Amilca Colombo Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

www.sindinorte.org.br
www.sinergia.org.br
www.sintresc.com.br
www.intersul.org.br

VOCÊ PODE ESTAR "QUEIMADO POR COMPLETO"

A outra Face da Intensa Dedicção ao Trabalho

A Síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido em livros médicos como "(...) um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional".

A denominação vem do inglês "to burn out" (queimar por completo), também chamada de síndrome do esgotamento profissional; foi assim chamada pelo psicanalista nova-iorquino Herbert J. Freudenberger, após constata-la em si mesmo, no início dos anos 1970.

A dedicação exagerada à atividade profissional é uma característica marcante da síndrome, mas não a única. O desejo de ser o melhor e sempre demonstrar alto grau de desempenho é outra fase importante da síndrome: o portador de Burnout mede a auto-estima pela capacidade de realização e sucesso profissional.

Sofre com o que tem início com satisfação e prazer, mas que termina quando esse desempenho não é reconhecido.

Nesse estágio, a necessidade de se afirmar e o desejo de realização profissional se transformam em obstinação e compulsão. O paciente nesta busca sofre, além de problemas de ordem psicológicas, forte desgaste físico, gerando fadiga e exaustão.



Os 12 estágios de Burnout

1. Necessidade de se afirmar ou provar ser sempre capaz.
2. Dedicção intensificada - com predominância da necessidade de fazer tudo sozinho e a qualquer hora do dia (é o chamado imediatismo);
3. Descaso com as necessidades pessoais. Por exemplo: comer, dormir, sair com os amigos começam a perder o sentido;
4. Recalque de conflitos: o portador percebe que algo não vai bem, mas não enfrenta o problema. É quando ocorrem as manifestações físicas.
5. Reinterpretação dos valores - isolamento, fuga dos conflitos. O que antes tinha valor sofre desvalorização: lazer, casa, amigos, e a única medida da auto estima é o trabalho.
6. Negação de problemas - nessa fase os outros são completamente desvalorizados, tidos como incapazes ou com desempenho abaixo do seu. Os contatos sociais são repelidos. Cinismo e agressão são os sinais mais evidentes.
7. Recolhimento e aversão a reuniões (anti socialização).
8. Mudanças evidentes de comportamento (dificuldade de aceitar certas brincadeiras com bom senso e bom humor).
9. Despersonalização (evitar o diálogo e dar prioridade aos e-mails, mensagens, recados etc);
10. Vazio interior e sensação de que tudo é complicado, difícil e desgastante;
11. Depressão - marcas de indiferença, desesperança, exaustão. A vida perde o sentido;
12. Finalmente, a síndrome do esgotamento profissional propriamente dita, que corresponde ao colapso físico e mental. Esse estágio é considerado de emergência e a ajuda médica e psicológica tem que ser prestadas com urgência.

